

União Europeia apoia Orçamento de Estado apesar de falta de progresso nas reformas de boa governação



O Governo, representado pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo, e a União Europeia, representado pelo respectivo Embaixador em Moçambique, Antonio Gaspar, assinaram ontem a convenção de financiamento do Orçamento de Estado no valor de 100 milhões de euros, dos quais metade será desembolsado ainda este ano e a outra

em 2021. O acordo foi assinado no quadro do financiamento da resposta à crise provocada pela Covid-19 em Moçambique, por isso o dinheiro será aplicado na melhoria das condições de higiene das escolas de ensino básico, assistência e protecção social de famílias em situação de vulnerabilidade, e na promoção do acesso a cuidados de saúde básica.

Ainda assim, a Ministra dos Negócios Es-



trangeiros e Cooperação disse que a assinatura da convenção representa a materialização da decisão da União Europeia de retomar o apoio directo ao Orçamento de Estado. “O retorno da União Europeia à modalidade de apoio directo ao Orçamento de Estado reflecte o compromisso da instituição de continuar a alinhar o seu programa com as prioridades do Governo, bem como continuar a participar de forma incrementada e em moldes que geram impacto na concretização dos planos de desenvolvimento de Moçambique”, descreveu Verónica Macamo. A governante explicou que o Governo olha para a cooperação assente no apoio directo ao Orçamento do Estado como o mecanismo mais eficaz de colocar a parceria a produzir impactos rápidos, tangíveis, sólidos e transparentes de forma eficiente.

Entretanto, o Embaixador da União Europeia em Moçambique disse que a assinatura da convenção de financiamento de 100 milhões

de euros não significa a retoma ao apoio directo ao Orçamento de Estado. Contrariando as declarações do Governo, Antonio Gaspar explicou que o acordo foi assinado para atender a um problema pontual, nomeadamente a crise gerada pela pandemia da Covid-19¹. Em Janeiro deste ano, a União Europeia admitiu que poderia avaliar, a partir de 2021, a retoma ao apoio directo ao Orçamento de Estado, uma modalidade de ajuda ao desenvolvimento suspensa em 2016 na sequência da descoberta do escândalo das dívidas ocultas. Segundo explicou Antonio Gaspar, a decisão final terá como base os resultados das negociações entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Governo para a retoma do financiamento a Moçambique.

No dia 15 de Abril de 2016, o FMI anunciou a suspensão da cooperação com Moçambique e mais tarde do financiamento devido à corrupção. Na comunicação, o FMI fez notar

¹ <https://www.opais.co.mz/noticia/uniao-europeia-apoia-orcamento-do-estado-com-100-milhoes-de-euros>

que o Governo de Maputo não tinha cumprido com o seu compromisso de divulgação financeira em relação ao dinheiro recebido da comunidade internacional no âmbito das dívidas ocultas. Duas semanas, o G-14 (grupo de países e instituições multilaterais que financiavam o Orçamento de Estado) seguiu o exemplo do FMI e anunciou a suspensão do apoio directo ao Orçamento de Estado, mantendo, porém, apoios financeiros para projectos sociais e para a agricultura de subsistência.

O FMI e o Banco Mundial desencadearam uma campanha de pressão ao Governo moçambicano no sentido de esclarecer os contornos financeiros das dívidas ocultas, um escândalo que tornou a dívida pública insustentável e afectou negativamente as condições de vida dos moçambicanos. Em Fevereiro de 2017, cerca de 10 meses depois de negociações entre o Governo e as instituições de *Bretton Woods*, chegou-se a um acordo de reaproximação depois de o Executivo de Moçambique ter aceiteado as condições apresentadas pelo FMI no âmbito de um plano de ajustamento estrutural², que passa por medidas de austeridade, privatizações, redução do peso do Estado e reforma fiscal, a incorporação num "Policy Support Instrument" (PSI), a conclusão da auditoria aos empréstimos não declarados por parte da empresa norte-americana Kroll e a existência de avanços nas negociações com os credores privados, os detentores de obrigações emitidas por empresas públicas com o aval do Estado².

Por outras palavras, o FMI e o Banco Mundial mostravam-se implacáveis na defesa dos princípios de boa governação económica que estavam a ser atropelados pelo Governo de Moçambique. Entretanto, mesmo sem sinais de mudanças significativas das razões que ditaram a ruptura, as duas instituições iniciaram processos de reaproximação com Maputo, sinalizando vontade de retoma dos programas

de apoio técnico e financeiro ao Governo de Moçambique. O financiamento do Banco Mundial ao programa Sustenta e outras iniciativas do Governo, a ajuda do FMI na luta contra a crise económica e financeira gerada pela Covid-19, são alguns exemplos que mostram que as duas instituições estão a retomar, pouco a pouco, o apoio técnico e financeiro ao Executivo moçambicano.

A União Europeia seguiu o exemplo das instituições de *Bretton Woods* e reforçou o seu financiamento a Moçambique, mesmo perante um quadro em que o Governo não mostra sinais de melhoria na governação económica. Além do apoio ao Orçamento de Estado em 100 milhões de euros, a União Europeia está a financiar com 60 milhões de dólares o processo de pacificação, incluindo o desarmamento e reintegração dos antigos guerrilheiros da Renamo; e assumiu o compromisso de financiar os programas da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN). Aliás, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação descreveu ontem a União Europeia como "um parceiro de cooperação relevante que sempre soube estar ao lado de Moçambique, tanto nos momentos de glória, como em ocasiões difíceis".

Apesar de ser fundamental para minimizar a crise económica que afecta milhões de moçambicanos, a retoma do apoio orçamental acontece numa altura em que aumentam os sinais de corrupção na gestão do dinheiro alocado para a resposta à pandemia da Covid-19. Sem concursos públicos, os negócios de fornecimento de bens e serviços, incluindo empreitadas de obras públicas, foram directamente adjudicados a empresas com ligações à elite política dirigente. Além das adjudicações directas feitas sobretudo nos sectores de Saúde e das Obras Públicas, as obras em curso nas escolas não justificam os milhões de meticalis pagos às empresas seleccionadas a dedo.

² <https://cddmoz.org/a-preocupante-mudanca-de-postura-do-fmi-e-do-banco-mundial-em-re-lacao-a-governacao-economica-de-mocambique-the-worrisome-change-of-the-imf-and-the-world-banks-posture-regarding-the-economic-g/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula

Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

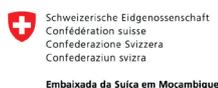
Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

